

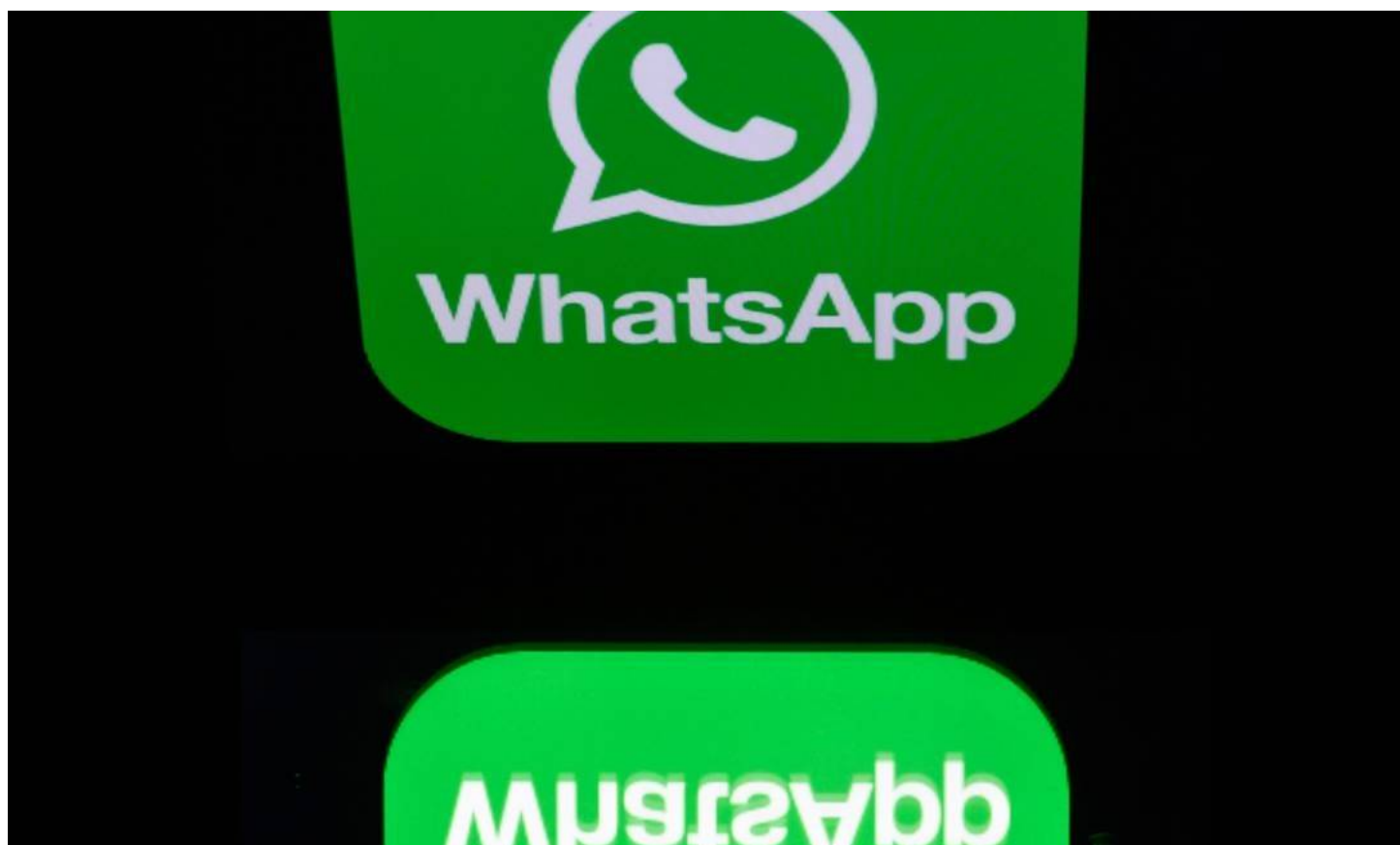


Moderação de conteúdo nas redes não deve prejudicar liberdade de expressão, defendem especialistas

Texto em análise na Câmara prevê que plataformas notifiquem usuários antes de deletar contas ou publicações

Washington Luiz

22/07/2020 - 14:22 / Atualizado em 22/07/2020 - 14:54



Projeto de lei de combate às fake news prevê identificação de conteúdos impulsionados Foto: LIONEL BONAVENTURE / AFP



| Newsletters ☐

BRASÍLIA — Combater as fake news sem prejudicar a liberdade de expressão é uma das principais preocupações entre especialistas que acompanham a tramitação do projeto de lei sobre o tema na Câmara dos Deputados. Em debate realizado nesta quarta-feira pelo Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), advogados e professores defenderam que a proposta mantenha as regras de moderação para conteúdos impróprios, mas alertaram que é preciso cuidado para que isso não resulte em censura.

— Não existe liberdade absoluta. O limite da liberdade é a prática do crime. Liberdade e responsabilidade são faces de uma mesma moeda — defendeu o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Tonet Camargo.

Sonar: [Por que o youtuber Felipe Neto se tornou alvo do bolsonarismo nas redes sociais](#)

[Pelo texto aprovado no Senado](#), as plataformas devem notificar e informar aos usuários os motivos que levaram a uma remoção de conteúdo ou conta. Essa notificação não seria necessária em situações que envolvessem riscos de dano imediato de difícil reparação; de violação a direitos de crianças e adolescentes; e de crimes previstos na Lei do Racismo. Ainda de acordo com o projeto, os provedores ficariam obrigados a garantir a possibilidade de recurso.

As plataformas têm se posicionado contra essa parte do projeto. Elas argumentam que a proposta é excessiva e que a obrigação de notificar o usuário não deveria existir no caso de denúncia.

Outro ponto tratado no debate foi o de impulsionamento de conteúdo. Para o vice-presidente do IAB, os deputados precisam se atentar para coibir publicações em massa que disseminam ataques e informações falsas.

— A liberdade de expressão não pode ser justificativa para impulsionamento massivo de discurso de ódio — afirmou.

De acordo com projeto, os conteúdos pagos nas redes sociais terão que ser identificados, inclusive com identificação da conta responsável por eles, para que o usuário possa fazer contato com o anunciante. Os parlamentares acreditam que isso irá facilitar a identificação de quem publica e financia as fake news.

Deputado bolsonarista pede demissão de ministro

Ramos: “[ou muda ou afunda o governo](#)”

— Fake news ou notícias fraudulentas acontecem porque alguém está ganhando com isso. Isso é um negócio comercial que envolve dinheiro. O maior antídoto contra as notícias fraudulentas é o jornalismo profissional. Jornalismo profissional e mais jornalismo profissional e com responsabilidade — defendeu o presidente da Abert.

O projeto de lei sobre as fake news ainda não tem data para ser votado na Câmara. Na semana passada, os deputados deram início a [uma série de audiências públicas](#) para discutir o tema. A intenção é realizar dez encontros virtuais antes de levar a proposta ao plenário.

SAIBA MAIS

Ministros do STF consideram nepotismo nomeação de filha de Braga Netto para a ANS

Ligado ao PP, investigado na Lava-Jato ganha cargo na Codevasf

Contra crise na articulação política, governo promete R\$ 1 bilhão a municípios

Registro de armas para atiradores e colecionadores dispara no país

MAIS LIDAS NO GLOBO

1. Raio-X: qual técnico pode fazer o Flamengo jogar na mesma filosofia de Jorge Jesus?

João Pedro Fonseca

2. Primeiros humanos teriam chegado à América do Norte 15 mil anos antes do que se pensava

O Globo com agências internacionais

3. Filha de Braga Netto desiste de ocupar cargo na ANS

Daniel Gullino

4. Flamengo fará varredura na Europa por técnico. Spindel deve se juntar a Braz nesta sexta

Diogo Dantas

5. Pandemia deixa 7,1 milhões de brasileiros sem remuneração em junho

Pedro Capetti

MAIS DE BRASIL

VER MAIS

Para comentar é necessário ser assinante

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os termos de uso, denuncie. Leia as perguntas mais frequentes para saber o que é impróprio ou ilegal

[PERGUNTAS MAIS FREQUENTES](#) • [TERMOS DE USO](#)

[LOGIN](#)

 [COMENTÁRIOS](#)

[CARREGAR MAIS COMENTÁRIOS](#)



[Portal do Assinante](#) • [Agência O Globo](#) • [Fale conosco](#) • [Expediente](#) • [Anuncie conosco](#) • [Trabalhe conosco](#) • [Política de privacidade](#) • [Termos de uso](#)

© 1996 - 2020. Todos direitos reservados a Editora Globo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.